



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186315-6/01 - RECIFE ✓

AGRAVANTE: MAURÍCIO MARCELINO DOS SANTOS

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DEFEITUOSA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA SANEAMENTO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES. RECURSO IMPROVIDO A UNANIMIDADE.

- 5447
- 1- Decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento, considerando-o manifestamente inadmissível porque instruído em desacordo com a norma do 525, I, CPC;
 - 2- Em linhas gerais, a decisão impugnada considera ineficaz a certidão de intimação da decisão agravada juntada pelo agravante uma vez que atesta simplesmente a intimação da parte agravada, e não quando o agravante foi intimado da decisão agravada.
 - 3- Apreciando a questão meritória, tenho que não prospera a irresignação do agravante. Da análise das peças essenciais acostadas pela parte, extrai-se que a certidão de intimação da decisão agravada é de tal modo duvidosa que impede a segura aferição da tempestividade do recurso. Ademais, não existe nos autos qualquer outro meio que possa atestar sua tempestividade.
 - 4- A sistemática do recurso em referência veda qualquer hipótese de dilação de prazo para correção de eventuais irregularidades, sobretudo quando a deficiência na formação do agravo impedir a verificação precisa de sua tempestividade e mesmo, a segura apreciação quanto ao mérito do recurso;
 - 5- Recurso improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do RECURSO DE AGRAVO nº 0186315-6/01, figurando como Agravante **MAURÍCIO MARCELINO DOS SANTOS**, e Agravado **ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO**, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO**, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15/12/07


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186315-6/01 - RECIFE

AGRAVANTE: MAURÍCIO MARCELINO DOS SANTOS

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto em face de decisão terminativa que, em sede de agravo de instrumento, negou seguimento ao recurso, sob o argumento de que a certidão de intimação da decisão agravada juntada aos autos não serve aos fins a que se destina, tendo em vista que não indica quando efetivamente ocorreu a intimação do agravante.

O agravante aduz que a decisão proferida merece reforma, sob a alegação de que a certidão juntada informa a data de publicação da decisão e que, portanto, atesta a tempestividade do agravo de instrumento em apenso.

É o relatório.

Recife, 15/12/2015


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186315-6/01 - RECIFE

AGRAVANTE: MAURÍCIO MARCELINO DOS SANTOS

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O reclamante interpôs o presente recurso contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento em apenso tendo em vista a deficiência em sua instrução.

Em linhas gerais, a decisão impugnada considera ineficaz a certidão de intimação da decisão agravada juntada pelo agravante uma vez que atesta simplesmente a publicação da decisão no diário oficial, e não quando efetivamente ocorreu a intimação do agravante, pois o mesmo pode ter tomado ciência da decisão antes de sua publicação.

Por sua vez, o agravante aduz que a certidão colacionada aos autos é perfeita, pois informa a data da publicação da decisão no Diário Oficial.

O recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Apreciando a questão meritória, tenho que não prospera a irresignação do agravante. Da análise das peças essenciais acostadas pela parte, extrai-se que a certidão de intimação da decisão agravada é de tal modo duvidosa que impede a segura aferição da tempestividade do recurso.

De tanto, conclui-se que a parte não se desincumbiu do encargo de provar a tempestividade do agravo de instrumento em questão, dada a fragilidade do documento colhido para tal mister.

Por outro lado, não há como se aplicar ao caso a súmula 003 deste Tribunal, tendo em vista que da data da prolação da decisão para a da interposição do presente recurso transcorreu-se o prazo recursal, não estando, assim, evidente a tempestividade do agravo de instrumento.

Compete ao recorrente que opta pelo agravo na modalidade instrumental o ônus pelo seu regular aparelhamento, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da parte zelar pela adequada elaboração da certidão de intimação para que essa possa então cumprir o propósito de atestar a tempestividade recursal. Nesse sentido, pacífica jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

CIVIL E PROCESSO CIVIL - RECURSO DE AGRAVO CONTRA ATO DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA LACUNOSA - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO PRECISA DA DATA A PARTIR DA QUAL INICIARÁ A FLUIR O PRAZO RECURSAL - PRECEDENTES - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, MANTENDO-SE A DECISÃO ATACADA. A certidão de intimação da decisão agravada, da forma como foi elaborada, não se apresenta como um documento hábil a demonstrar a tempestividade do recurso interposto. Impossibilidade de aferição da tempestividade do agravo de instrumento por outros meios.

(Recurso de Agravo, Processo nº 119976-0/01, Recife, Relator: Eduardo Augusto Paurá Peres, Sexta Câmara Cível, Data de Julgamento: 13/4/2005, Publicação: 87)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA NA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO MANTIDA INDISCREPANTEMENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

- Confirma-se a decisão relatorial que negou seguimento ao agravo de instrumento, mormente quando deficiente a certidão de intimação do julgado, impossibilitando a aferição da tempestividade do agravo de instrumento.

- Não se conhece do agravo de instrumento quando pretende recrudescer questão já decidida.

- A formação do instrumento é ônus do agravante, sendo descabida diligência para anexação de peças essenciais à sua constituição.

- Decisão unânime.

(Recurso de Agravo, Processo nº 126509-0/01, Eloy D'Almeida Lins, Quarta Câmara Cível, Data de Julgamento: 15/9/2005, Publicação: 191)

A sistemática do recurso em referência veda qualquer hipótese de dilação de prazo para correção de eventuais irregularidades, sobretudo quando a deficiência na formação do agravo impedir a verificação precisa de sua tempestividade e mesmo, a segura apreciação quanto ao mérito do recurso, como o foi na espécie, de modo que a juntada de todas as peças essenciais do agravo de instrumento deve ser realizada unicamente no momento da interposição do recurso, porque operada a preclusão consumativa.

Nesse contexto, demonstrado o vício de regularidade formal, bem se vê que a decisão recorrida não merece reforma, na certeza de que a norma processual do art.525,I, CPC não foi atendida na espécie.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Diante dos argumentos esposados, que adoto como razões de decidir,
VOTO pelo improvimento do Recurso de Agravo, mantendo a decisão impugnada em
todos os seus termos, pelos seus próprios fundamentos.

Recife, 15/12/09

João Bosco Gouveia de Melo
JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -